MARINA AUGUSTA ALVES DE OLIVEIRA E SILVA

Os conhecimentos tradicionais à luz do Direito Internacional

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Professora Dra. Cláudia Perrone Moisés

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO/SP

2017

MARINA AUGUSTA ALVES DE OLIVEIRA E SILVA

Os conhecimentos tradicionais à luz do Direito Internacional

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito Internacional Público, sob a orientação da Professora Dra. Cláudia Perrone Moisés.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
SÃO PAULO/SP**

2017

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Alves de Oliveira e Silva, Marina Augusta
Os conhecimentos tradicionais à luz do Direito Internacional / Marina Augusta
Alves de Oliveira e Silva ; orientadora Cláudia Perrone Moisés -- São Paulo,
2017.
262 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito Internacional) -
Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2017.

1. Direito Internacional. 2. Direitos de propriedade intelectual. 3.
Conhecimentos tradicionais. 4. Convenção sobre Diversidade Biológica. I.
Perrone Moisés, Cláudia, orient. II. Título.

Nome: ALVES DE OLIVEIRA E SILVA, Marina Augusta
Título: Os conhecimentos tradicionais à luz do Direito Internacional

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Aos meus pais, Marcos e Inês, que
tanto me apoiaram e incentivaram.*

RESUMO

ALVES DE OLIVEIRA E SILVA, Marina Augusta. *Os conhecimentos tradicionais à luz do Direito Internacional*. 2017. 262 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Esta dissertação tem por objetivo analisar os conhecimentos tradicionais à luz do Direito Internacional e identificar as formas de protegê-los da utilização indevida por terceiros para fins comerciais. Essa proteção visa a garantir o acesso consentido aos conhecimentos associados a recursos genéticos, bem como a repartição de benefícios com comunidades tradicionais, em cumprimento ao artigo 8(j) da Convenção sobre Diversidade Biológica. A pesquisa fundou-se, principalmente, no estudo de fontes de Direito Internacional, tais como tratados e convenções, de documentos elaborados por organizações internacionais e, ainda, de doutrina nacional e internacional. Primeiramente, foram apresentados os conceitos, a evolução e os impactos da biotecnologia, a fim de compreender por quais motivos os recursos genéticos e os conhecimentos tradicionais a eles associados tornaram-se tão valiosos para essa indústria. Após, foi feita uma exposição a respeito dos direitos de propriedade intelectual e dos instrumentos internacionais relevantes para a regulamentação da matéria. Ademais, considerando a crescente importância dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais para o comércio, foram examinadas as discussões relacionadas ao tema travadas nas Conferências Ministeriais da Organização Mundial do Comércio. Prosseguiu-se no estudo com a conceituação de dois termos fundamentais para o debate, “comunidades tradicionais” e “conhecimentos tradicionais”, e com uma apresentação sobre os direitos básicos assegurados às comunidades tradicionais e aos povos indígenas. A implementação de tais direitos é vista como pré-requisito para garantir uma efetiva proteção aos conhecimentos tradicionais. O principal instrumento internacional estudado, a Convenção sobre Diversidade Biológica, inaugurou uma nova etapa na questão da proteção de recursos genéticos e de conhecimentos tradicionais, tendo em vista que, para que haja exploração comercial, passou a prever a necessidade de obtenção do consentimento prévio e informado dos Estados detentores de recursos genéticos, além do dever de repartir, com as comunidades tradicionais, benefícios decorrentes da utilização de seus conhecimentos. Assim, a Convenção inspirou o aprofundamento e a regulamentação da matéria tanto no Direito Internacional, quanto em âmbito regional e em legislações

nacionais, tendo-se dado destaque a legislações de países latino-americanos e africanos. Porém, ante a dificuldade de implementar os requisitos previstos na Convenção e os casos de biopirataria que soem acontecer, buscou-se analisar a possibilidade de proteger os conhecimentos tradicionais através dos direitos de propriedade intelectual existentes. De outro turno, foram identificadas as limitações encontradas pelas comunidades tradicionais e indígenas ao se valerem desses instrumentos. Em face das numerosas críticas à utilização de um sistema pré-definido para proteger os conhecimentos tradicionais, examinou-se a alternativa de criação de um sistema *sui generis*, melhor adaptável às peculiaridades das comunidades tradicionais. A exposição se encerra com três estudos de caso, nos quais houve o acesso a conhecimentos tradicionais associados a recursos genéticos. Cuidou-se de apresentar como ocorreram as tratativas para o acesso e em quais termos foram fixados os acordos para a repartição de benefícios com as comunidades locais.

Palavras-chave: Direito Internacional. Conhecimentos tradicionais. Direitos de propriedade intelectual. Convenção sobre Diversidade Biológica.

ABSTRACT

ALVES DE OLIVEIRA E SILVA, Marina Augusta. *Traditional knowledge in light of the International Law*. 2017. 262 p. Dissertation (Master) - Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2017

This dissertation has as objective to analyse the traditional knowledge in light of the International Law and to identify ways to protect it from misuse by third parties to commercial ends. This protection aims to guarantee the consented access to knowledge associated with genetic resources, as well as the benefit sharing with traditional communities, in fulfilment of article 8(j) of the Convention on Biological Diversity. The research was based, mainly, on the study of sources of International Law, such as treaties and conventions, of documents elaborated by International Organizations, and national and international doctrine. Firstly, the concepts, the evolution and the impacts of biotechnology were presented, in order to understand for what reasons the genetic resources and associated traditional knowledge became so valuable for this industry. After, an exposition regarding the intellectual property rights and the relevant international instruments for the regulation of the matter was made. Besides, considering the increasing importance of genetic resources and traditional knowledge for commerce, discussions related to the theme that took place on the Ministerial Conferences of the World Trade Organization were examined. The study continued with the conceptualization of two fundamental terms to the debate, “traditional communities” and “traditional knowledge”, and with the presentation of the basic rights guaranteed to traditional communities and indigenous peoples. The implementation of such rights is seen as a prerequisite to ensure the effective protection of traditional knowledge. The main international instrument studied, the Convention on Biological Diversity, inaugurated a new step on the matter of protection of genetic resources and traditional knowledge, since it stated the need to obtain prior informed consent from States holding genetic resources and the obligation to share with traditional communities the benefits deriving from the use of such knowledge for commercial exploitation. Therefore the Convention inspired the deepening and the regulation of the matter on International Law, as well as on regional level and in national legislations, from which the Latin-American and African were highlighted. But, in view of

the difficulty of implementing the Convention requirements and the cases of biopiracy that continue to happen, it was sought to analyse the possibility of protecting the traditional knowledge through the existing intellectual property rights. On the other hand, the limitations faced by traditional and indigenous communities when using these instruments were identified. In face of the numerous criticisms on the use of a predefined system to protect the traditional knowledge, an alternative for the creation of a *sui generis* system, more adaptable to the peculiarities of traditional communities, was examined. The exposition ends with three case studies, in which there was access to traditional knowledge associated with genetic resources. The negotiations for the access and the terms of the agreements for benefit sharing with local communities were presented.

Keywords: International Law. Traditional knowledge. Intellectual property rights. Convention on Biological Diversity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
PARTE I.....	27
1. BIOTECNOLOGIA E RECURSOS GENÉTICOS.....	27
1.1 CONCEITOS	27
1.1.1 Biotecnologia	27
1.1.2 Recursos genéticos	34
1.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA	38
1.3 PRODUTOS, PROCESSOS E APLICABILIDADE	42
2. PROPRIEDADE INTELECTUAL	49
2.1 CONCEITOS	49
2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA	60
2.2.1 Da Convenção da União de Paris ao Tratado sobre Direitos de Patentes...	61
2.2.2 O TRIPS e suas revisões.....	72
2.3 REGIME JURÍDICO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....	84
PARTE II	95
3. COMUNIDADES E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS	95
3.1 CONCEITOS	95
3.1.1 Comunidades Tradicionais	95
3.1.2 Conhecimentos Tradicionais.....	113
3.2 DIREITOS DE COMUNIDADES TRADICIONAIS E POVOS INDÍGENAS.....	127
3.3 CONHECIMENTOS TRADICIONAIS, ACESSO A RECURSOS GENÉTICOS E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS	131
3.3.1 Convenção sobre Diversidade Biológica	131
3.3.1.1 Breves considerações	137
3.3.1.2 Conceitos	143
3.3.1.2.1 Consentimento prévio informado.....	143
3.3.1.2.2 Repartição de benefícios.....	147
3.3.1.2.3 Termos mutuamente acordados	154

3.3.2 Organização Mundial de Propriedade Intelectual, âmbito regional e legislações nacionais.....	156
3.3.3 TRIPS e CDB: uma aparente contradição	165
3.3.4 Modelos de proteção	170
3.3.4.1 Sistema de Direitos de Propriedade Intelectual	175
3.3.4.1.1 Proteção positiva	177
3.3.4.1.2 Proteção defensiva.....	185
3.3.4.2 Sistema <i>sui generis</i>	192
3.3.4.2.1 Críticas ao sistema de Direitos de Propriedade Intelectual.....	194
3.3.4.2.2 Propostas	203
4. CASOS PRÁTICOS.....	221
4.1 O CASO DO SÂNDALO NO OESTE DA AUSTRÁLIA (MOUNT ROMANCE E AVEDA).....	221
4.2 O CASO DA CASTANHA DO BRASIL (NATURA)	223
4.3 O CASO DA HOODIA NO SUL DA ÁFRICA (CSIR, PHYTOPHARM E UNILEVER).....	228
CONCLUSÃO	235
REFERÊNCIAS	241

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca apresentar o tratamento conferido pelo Direito Internacional à questão dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, incentivando o debate a respeito do tema, especialmente no tocante às formas de se conferir uma proteção efetiva aos conhecimentos de comunidades tradicionais e povos indígenas.

A motivação para o estudo reside, sem dúvida, na importância assumida pelos conhecimentos tradicionais na atualidade, especialmente em virtude do crescente interesse em utilizá-los para fins comerciais. Porém, a fim de melhor compreender os motivos pelos quais tais conhecimentos assumiram tamanha relevância, a ponto de mobilizar a comunidade internacional para que sejam formalmente protegidos, será necessário apresentar uma sucinta contextualização.

Ao final do século XVIII, Adam Smith elaborou e, posteriormente, David Ricardo aprimorou a teoria do valor-trabalho, a qual preconiza, em suma, que todo valor se origina do trabalho, ou seja, da atividade humana, que modifica e transforma aquilo que se encontra na natureza em algo comerciável e próprio para o consumo. É certo, porém, que essa “atividade humana” não se refere tão somente à força física.

Na visão *smithiana*, o trabalho concreto relacionado à atividade agrícola dá espaço ao trabalho abstrato, que contempla tanto o dispêndio de energia física, quanto de energia psíquica no processo de produção. Ou seja, a origem e a medida do valor passa a englobar, também, a atividade intelectual. David Ricardo, por sua vez, aprimora a teoria de Smith, explicando que o valor de uma mercadoria depende da quantidade de trabalho necessária para a sua produção.

A transformação da natureza a partir do intelecto humano ocorre desde a Antiguidade, quando, por exemplo, a técnica da fermentação já era utilizada para a produção de vinho, cerveja, iogurte, dentre outros. Entretanto, foi com o avanço da tecnologia, ao final do século XX e início do século XXI, e especialmente após a descoberta dos “fatores de hereditariedade” por Gregor Mendel, em 1866, que a transformação da matéria-prima biológica passou a contar com um maior grau de embasamento teórico-científico e resultou no desenvolvimento de produtos e processos

cada mais vez mais complexos e sofisticados, nas mais diversas áreas, tais como a indústria farmacêutica, agrícola, alimentícia, de combustíveis, de cosméticos, dentre outras.

Neste cenário, o interesse pela fauna e flora de países ricos em biodiversidade cresceu exponencialmente, tendo em vista que as indústrias buscam, com o uso da matéria-prima biológica, inovar na criação de produtos, técnicas e procedimentos, o que certamente as coloca em posição vantajosa no competitivo mercado global.

Entretanto, a exploração da matéria-prima biológica, também conhecida como bioprospecção não ocorreu de maneira pacífica. Pode-se identificar, a princípio, dois grandes problemas decorrentes dessa nova modalidade de exploração. Primeiramente, países ricos em biodiversidade passaram a sofrer com a chamada “biopirataria”, o acesso desmensurado a seus recursos genéticos, sem que houvesse qualquer forma de regulamentação e compensação. A matéria foi muito debatida e, em 1992, com a assinatura da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), restou acordado, ainda que sob protesto de países desenvolvidos, que os recursos genéticos estavam sujeitos à soberania estatal e não deveriam ser livremente acessados, dependendo, portanto, do consentimento de seus detentores, os Estados.

Ainda que tal questão tenha sido de certo modo solucionada com o artigo 15 da CDB, outro problema exsurge: o das populações tradicionais e seus conhecimentos tradicionais associados aos “recursos biológicos”. Um primeiro ponto a se destacar é que, embora a Convenção tenha previsto, em seu artigo 8 (j), “o dever de respeitar, preservar e manter os conhecimentos e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais”, reconhecendo, inclusive, a sua importância para a conservação da biodiversidade, deixou de considerar que, muitas vezes, os recursos biológicos (e, conseqüentemente, genéticos) acessados encontram-se no território de povos tradicionais. Omitiu-se, portanto, ao não reconhecer a soberania dos povos sobre os recursos que se encontram em seus territórios, deixando em aberto a possibilidade de recompensar as populações tradicionais pelo acesso aos recursos que tanto contribuem para conservar.

De outra parte, surge um problema relacionado à proteção dos conhecimentos tradicionais em si. Os povos tradicionais e indígenas, em geral, vivem em harmonia com a natureza e nela buscam a solução de problemas que enfrentam no cotidiano, por exemplo,

a cura de doenças. Assim, identificam utilidades práticas para recursos naturais, podendo ou não modificá-los, e transmitem esses conhecimentos, oralmente, através de gerações dentro da comunidade.

Para a indústria biotecnológica, o acesso a tais conhecimentos em muito contribui para o desenvolvimento de produtos e procedimentos, seja auxiliando, facilitando ou acelerando a descoberta de novos usos para os recursos biológicos, seja aperfeiçoando usos já existentes. Ao fim da cadeia produtiva, buscam os criadores proteger suas invenções da utilização e da reprodução indevida por terceiros, valendo-se, para tanto, dos direitos de propriedade intelectual, tais como as patentes.

Ocorre que, enquanto as multinacionais, os centros de pesquisa e as indústrias envolvidas no desenvolvimento da biotecnologia obtêm direitos de propriedade intelectual sobre seus inventos, os conhecimentos indígenas e tradicionais são, muitas vezes, utilizados sem o devido consentimento ou sem a ciência da comunidade. Consequentemente, populações tradicionais além de não terem o seu conhecimento devidamente reconhecido como um saber científico passível de proteção pelo direito ocidental, não recebem qualquer benefício decorrente de sua contribuição para a criação de produtos biotecnológicos.

Diante desse contexto, não se nega a possibilidade de acessar e utilizar os conhecimentos tradicionais. Entretanto, é fato que o uso não deve ocorrer sem o consentimento expresso das populações detentoras, e, tampouco, sem a devida repartição de benefícios a esses povos, a qual é expressamente prevista no artigo 8(j) da Convenção sobre Diversidade Biológica.

Desde a aprovação desta Convenção, muito se avançou nas discussões e estudos a respeito do tema, tendo sido previstas inúmeras garantias e direitos aos povos tradicionais e indígenas, tanto no âmbito internacional, quanto no âmbito regional e nacional. A título exemplificativo, foi aprovada, em 2007, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

A implementação dos direitos dos povos tradicionais e indígenas, todavia, está longe do ideal, em virtude das inúmeras violações a direitos humanos, dos conflitos territoriais e da ineficácia de políticas públicas voltadas à proteção desses grupos.

Indubitavelmente, tais questões merecem uma solução satisfatória para que se implemente um sistema eficaz de proteção aos conhecimentos tradicionais.

Em resumo, ao mesmo tempo em que grandes corporações, indústrias ou pesquisadores baseiam-se em conhecimentos tradicionais para criar bens e/ou procedimentos, geralmente agasalhados por direitos de propriedade intelectual, os povos tradicionais continuam encontrando uma série de dificuldades para protegerem seus conhecimentos, o que abre margem para a sua utilização indevida e para a ausência de uma repartição justa de benefícios.

Como afirmado, o objetivo do presente estudo é investigar o tratamento conferido pelo Direito Internacional atualmente para proteger os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade da utilização indevida. Deverão ser identificados os empecilhos encontrados pelas comunidades tradicionais para se valer dos direitos de propriedade intelectual existentes com vistas a evitar a apropriação de seus conhecimentos por terceiros, bem como examinados os possíveis mecanismos *sui generis* de proteção aos conhecimentos tradicionais.

Para tanto, porém, dever-se-á desvendar, no primeiro capítulo, conceitos relevantes, tais como “recursos genéticos” e “biotecnologia”. Ao contrário do senso comum, ver-se-á que a biotecnologia remonta à Antiguidade, época na qual técnicas de fermentação já eram utilizadas. No entanto, foi a partir do desenvolvimento de complexas técnicas de engenharia genética que a biotecnologia assumiu papel de destaque. Muito além dos avanços científicos, tais como o desenvolvimento do Projeto Genoma Humano e a clonagem da ovelha Dolly, é interessante anotar que a biotecnologia possui vasta aplicabilidade em diversos setores da indústria, impactando diretamente na vida das pessoas, por exemplo através da criação de métodos de medicina diagnóstica, do desenvolvimento de biofármacos, dentre muitos outros.

O capítulo seguinte volta-se ao estudo do “direito internacional da propriedade intelectual”, ainda que esteja longe de exaurir o tema. As noções como “apropriação” e “propriedade” deverão ser apresentadas, posto que essenciais para se estudar a “propriedade intelectual”, entendida como o direito real que recai sobre os bens incorpóreos.

Ver-se-á que, com a intensificação do fenômeno da globalização, aumentando o fluxo de circulação de bens e serviços entre os países do mundo, tornou-se essencial a criação de um sistema para regular a propriedade intelectual em nível internacional. Para alcançar tal finalidade, foi criada a Organização Mundial da Propriedade Intelectual, em 1967, até o momento em que o tratamento da matéria fosse avocado pela Organização Mundial do Comércio (OMC), na década de 90. Centralizou-se, portanto, a normatização do tema em torno do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (ADPIC ou TRIPS).

Ao fim do capítulo, após ter sido traçada a evolução histórica do “direito internacional da propriedade intelectual”, deverão ser analisados tanto os princípios e normas constantes do Acordo TRIPS que regem os direitos de propriedade intelectual, quanto algumas propostas e discussões relevantes surgidas em Conferências Ministeriais, envolvendo questões de saúde pública, meio ambiente, conhecimentos de comunidades tradicionais e, ainda, a sua harmonização com a Convenção sobre Diversidade Biológica.

Frise-se, todavia, que a finalidade deste trabalho não é se aprofundar no estudo dos direitos de propriedade intelectual, mas tão somente aclarar conceitos e as formas de proteção existentes, de modo a facilitar a compreensão da segunda parte da exposição.

Para adentrar no verdadeiro objeto de estudo, o terceiro capítulo do trabalho buscará esclarecer o que são as “populações tradicionais”. Ressalte-se que tais grupos representam uma enorme diversidade étnica, cultural e social, de modo que agrupá-los sob uma única definição não é aconselhável e se mostraria extremamente reducionista. Porém, considerando a finalidade desta dissertação, os conceitos e caracterizações apresentadas auxiliarão o leitor a compreender quem são os detentores dos “conhecimentos tradicionais”.

Estes, por sua vez, podem ser entendidos, simplesmente, como os conhecimentos detidos por comunidades tradicionais. Outras definições, encontradas tanto na literatura acadêmica, quanto em documentos internacionais e legislações nacionais, deverão ser analisadas. Ademais, vale salientar que, muito embora os conhecimentos tradicionais envolvam também uma infinidade de expressões artísticas, no presente estudo o foco serão os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.

Não obstante, para que os conhecimentos tradicionais sejam efetivamente protegidos, é de vital importância que os povos tradicionais e indígenas tenham previamente assegurados seus direitos básicos, tais como autonomia, liberdade, autodeterminação, e muitos outros direitos humanos. As Convenções nº 107 e 169, da Organização Internacional do Trabalho, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, e mesmo a legislação interna brasileira são alguns dos documentos que cuidaram de prever medidas, recomendações e direitos a esses povos, devendo ser rememorados antes que se siga na discussão.

Adentrando, especificamente no ponto central do trabalho, ou seja, na questão da proteção aos conhecimentos tradicionais associados a recursos genéticos, serão analisados os principais artigos da Convenção sobre Diversidade Biológica que interessam ao tema, os quais foram, posteriormente, complementados pelas Diretrizes de Bonn e pelo Protocolo de Nagoya. Os artigos 8(j) e 15 da Convenção introduzem importantes conceitos como “consentimento prévio e informado” e “repartição de benefícios”, os quais se tornaram basilares na construção de um sistema de proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.

Além de se examinar o tratamento da matéria no direito internacional, foram trazidas legislações nacionais (costa-riquenha, boliviana, equatoriana, peruana, colombiana, panamenha, portuguesa, queniana, etíope e brasileira), que buscaram implementar os dispositivos da Convenção.

O terceiro capítulo irá explorar, ainda, as críticas direcionadas à Convenção sobre Diversidade Biológica por seu tratamento da matéria, assim como as contradições geralmente apontadas entre a Convenção e o artigo 27.3 do Acordo TRIPS, as quais tanto atrito geraram nas discussões entre países desenvolvidos e países ricos em biodiversidade, tanto no âmbito da Organização Mundial do Comércio, quanto nas Conferências de Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica.

A posteriori, adentrar-se-á na questão da proteção de conhecimentos tradicionais, balanceando os aspectos positivos e negativos da utilização das diferentes modalidades de direitos de propriedade intelectual já existentes, tais como as patentes, as indicações geográficas, os segredos industriais, dentre outros, na consecução de tal finalidade.

No entanto, considerando os diversos empecilhos de ordem prática para a efetivação dessas normas, bem como a dificuldade de comunidades assimilarem um sistema baseado em valores ocidentais, urge examinar a proposta de criação de um sistema *sui generis*, no qual os instrumentos existentes seriam adaptados e complementados com a criação de novos mecanismos de proteção, a fim de melhor se amoldar às peculiaridades dos conhecimentos tradicionais.

Por fim, a quarta e última parte do trabalho volta-se ao estudo de três casos em que grandes empresas acessaram os recursos genéticos localizados em território de povos tradicionais e os conhecimentos tradicionais associados a tais recursos. Essencial analisar, em cada caso, como ocorreu a obtenção do consentimento para o acesso e quais os termos acordados para a repartição justa e equitativa de benefícios, em cumprimento aos princípios da Convenção sobre Diversidade Biológica e das legislações locais.

CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo discutir os conhecimentos tradicionais, apresentando as possíveis formas de protegê-los da apropriação indevida por terceiros, bem como de repartir com os povos tradicionais e indígenas os benefícios oriundos da sua utilização, em cumprimento ao artigo 8(j) da Convenção sobre Diversidade Biológica. Além de examinar as formas de proteção existentes no sistema de propriedade intelectual, buscou-se explorar as propostas para a criação de um sistema *sui generis*, adaptável às peculiaridades dos conhecimentos das populações indígenas e tradicionais. Verificou-se, ainda, que a repartição de benefícios não se restringe a compensações monetárias, podendo ocorrer de formas alternativas.

Em sua primeira parte, o trabalho analisou, em linhas gerais, a definição de “biotecnologia” e o papel por ela desempenhado nos dias atuais. Posteriormente, estudou-se a propriedade intelectual e o seu desenvolvimento histórico, destacando os principais instrumentos internacionais que cuidaram da matéria, desde a Convenção da União de Paris até o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, mais conhecido como TRIPS. Cuidam-se de dois temas que tangenciam a questão central da pesquisa e que mereciam esclarecimento antes de se adentrar na discussão sobre os conhecimentos tradicionais.

A segunda parte do trabalho, portanto, voltou-se ao exame dos conhecimentos tradicionais sob a perspectiva do Direito Internacional, sobre a qual deve-se traçar algumas considerações.

Inicialmente, constatou-se uma dificuldade de agrupar as comunidades tradicionais sob o manto de uma única definição, tendo em vista a diversidade que representam. Entretanto, foi possível concluir que povos tradicionais e indígenas têm como ponto comum o papel central que desempenham na preservação e conservação da biodiversidade. Além de viverem em harmonia com o meio ambiente, dele retirando suas fontes de subsistência, viu-se que tais povos possuem uma estreita relação com a terra onde habitam e onde desenvolvem uma cultura distinta do restante da sociedade.

Igualmente, encontrar uma definição para os conhecimentos tradicionais não é tarefa fácil. A princípio, os conhecimentos tradicionais envolvem saberes, inovações, habilidades e práticas detidos coletivamente por uma comunidade tradicional ou indígena,

muito embora deva-se lembrar que existem conhecimentos detidos por apenas um ou alguns indivíduos do grupo. Outro importante elemento caracterizador dos conhecimentos tradicionais é o fato de serem transmitidos, oralmente, de geração a geração. Ademais, tais conhecimentos se desenvolvem através da observação da natureza e costumam caracterizar-se por seu dinamismo.

Tendo em vista que os saberes das populações tradicionais se entrelaçam, não se recomenda classificá-los ou dividi-los. Entretanto, convencionou-se destacar os chamados “conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos”, os quais estão estritamente ligados à diversidade biológica. Os conhecimentos tradicionais associados adquiriram um enorme valor para o desenvolvimento da biotecnologia, já que esta indústria utiliza recursos naturais como matéria-prima. Concomitantemente ao desenvolvimento da biotecnologia, intensificaram-se a prática e as denúncias de biopirataria, ou seja, o acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais sem o consentimento dos Estados e dos povos tradicionais.

A questão foi abordada na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que, em seu artigo 8(j), reconhece o valor dos conhecimentos tradicionais e prevê o dever de repartir com as populações tradicionais e indígenas os benefícios decorrentes da utilização de tais saberes. Já o artigo 15 da Convenção consagrou a soberania dos Estados Partes sobre os recursos genéticos encontrados em seus respectivos territórios. Sobrevieram instrumentos internacionais, especialmente o Protocolo de Nagoya e as Diretrizes de Bonn, que visam auxiliar no desenvolvimento e na implementação de um modelo de acesso e repartição de benefícios (ABS) consoante as disposições da CDB.

No âmbito regional, vale destacar a adoção, pela Comunidade Andina, da Decisão nº 391, que, no ano de 1996, criou o Regime Comum de Acesso aos Recursos Genéticos. Também merece menção a legislação modelo adotada pela Organização da Unidade Africana. Diversos países, influenciados pela Convenção, promulgaram legislações voltadas à regulamentação da matéria, buscando dar efetividade aos requisitos previstos na CDB, acerca da obtenção do consentimento prévio e informado e da repartição de benefícios.

Ocorre que, apesar da existência de um arcabouço de regras relativas ao acesso consentido e à repartição de benefícios, ainda enfrenta-se uma enorme dificuldade de

implementá-las, não se podendo tratar de maneira despicienda casos de biopirataria ainda recorrentes.

Um dos motivos para tal fenômeno reside no fato de que os conhecimentos tradicionais não são alçados ao mesmo patamar de importância dos conhecimentos científicos ocidentais. Em que pese não serem eles expressos em linguagem científica formal, isso não deveria implicar a falta de proteção formal e a sua utilização indevida.

Ademais, a própria Convenção não possui mecanismos sancionatórios aptos a punir aqueles que descumpram seus preceitos. Essa problemática torna-se relevante quando se verifica que, para um indivíduo ou empresa desenvolver um produto com base em conhecimentos tradicionais associados e protegê-lo através dos direitos de propriedade intelectual, basta o preenchimento dos requisitos previstos no Acordo TRIPS, o qual não faz menção à obtenção do consentimento prévio do detentor do conhecimento e, tampouco, à formalização de um acordo para partilha dos benefícios decorrentes do direito de exclusividade.

Outro obstáculo imposto à efetivação da proteção aos conhecimentos tradicionais refere-se à dificuldade de amoldá-los ao sistema de direito de propriedade intelectual vigente. Questões aparentemente simples como a identificação do autor e a comprovação do ato inventivo, tornam-se complexas para comunidades cujos conhecimentos são detidos coletivamente e compartilhados oralmente há gerações, o que dificulta a tarefa de precisar o momento em que houve a inovação. Lembre-se que, ao menos para a obtenção de uma patente, é necessária a comprovação da novidade, da atividade inventiva e da aplicação industrial.

Outrossim, o preenchimento de formulários para requerer um direito de propriedade intelectual exige a utilização de linguagem técnica, a qual dificilmente é dominada por povos tradicionais e indígenas. Uma quarta dificuldade a ser apontada refere-se aos altos custos tanto para o requerimento de um direito de propriedade intelectual, quanto para sua fiscalização e manutenção em diferentes países.

Evidentemente, alguns desses embaraços podem ser contornados. Como bem destacou Graham Dutfield, há espaço no direito de propriedade intelectual para a invenção

coletiva⁶²⁷. Os valores das taxas, por sua vez, poderiam ser arcados por organizações representativas das comunidades. Todavia, é questionável se tais soluções são suficientes e satisfatórias.

Além das patentes, o *copyright* (direito do autor), os segredos industriais, as marcas (*trademarks*) e as indicações geográficas surgem como possíveis instrumentos de proteção dos conhecimentos. O *copyright*, por exemplo, poderia ser utilizado para a proteção dos conhecimentos relacionados à expressões culturais e artísticas dos povos tradicionais. Segredos industriais, por sua vez, seriam uma opção às patentes, pois são menos custosos e não expiram.

As marcas podem ser utilizadas em casos de *ecolabelling*, como forma de provar aos consumidores que um produto foi desenvolvido dentro de parâmetros de sustentabilidade. Enfim, as indicações geográficas são interessantes para que se identifique um modo específico de produção, estritamente relacionado a uma região. Porém, apesar de tais instrumentos aparentemente despontarem como alternativas viáveis, verificou-se que nenhum desses mecanismos é perfeitamente adaptável aos conhecimentos tradicionais, cada qual encontrando limitações específicas.

As comunidades tradicionais enfrentam não só óbices de ordem prática, mas também a dificuldade de se adaptar à lógica apropriacionista e monopolista que permeia o direito de propriedade intelectual. Em outras palavras, os valores ocidentais consagrados pelo sistema de propriedade intelectual são estranhos e contrários aos valores das comunidades detentoras dos conhecimentos tradicionais, não sendo razoável esperar que elas assimilem tais valores e se adaptem a um sistema pré-estabelecido.

Um bom exemplo dessa divergência entre os valores ocidentais e tradicionais pode ser observado na própria repartição de benefícios, os quais, como já mencionado, não devem se restringir a compensações monetárias. Em muitos casos, a introdução da lógica capitalista em comunidades tradicionais ou em tribos indígenas pode ser prejudicial. Já nos casos em que um conhecimento é detido por mais de um grupo étnico, a divisão dos valores pode gerar disputas e desentendimentos.

⁶²⁷ G. DUTFIELD, *TRIPS-related aspects of traditional knowledge*, in Case Western Reserve Journal of International Law, vol. 33, 2001, p. 254.

Destarte, alternativas tiveram que ser buscadas para uma implementação efetiva da proteção aos conhecimentos tradicionais. Alguns dos mecanismos podem ser agrupados como formas de proteção defensiva, as quais incluem: a documentação através da criação de bibliotecas e bancos de dados; a divulgação da origem dos recursos genéticos ou da fonte do conhecimento tradicional como requerimento a ser preenchido para a obtenção de direitos de propriedade intelectual; criação de um *ombudsman* de direito de propriedade intelectual, a quem caberia investigar reclamações trazidas por comunidades tradicionais, governos e organizações não-governamentais; criação de mecanismos de resolução de controvérsias; dentre outros.

Já a criação de um sistema *sui generis*, envolve modificações e adaptações nos instrumentos de propriedade intelectual, os quais podem ser associados aos mecanismos de proteção defensiva e também a novos instrumentos. É imprescindível que, no desenvolvimento desse modelo, sejam levadas em consideração as especificidades e a diversidade social, cultural e jurídica que as populações tradicionais representam. Além disso, é necessário garantir-lhes a proteção de direitos essenciais, tais como a autodeterminação, a autonomia, a liberdade, o respeito à sua cultura e às suas terras. Como bem afirma Shubha Ghosh, a proteção dos conhecimentos tradicionais é abrangente, pois envolve uma questão de direitos humanos⁶²⁸.

Complementando o debate a ser travado, foram apresentados três casos em que houve o acesso aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, nos quais não apenas buscou-se explorar a maneira como se deu a aplicação dos princípios previstos na Convenção, mas também extrair práticas a serem replicadas ou a serem evitadas.

Neste ponto, vale destacar que a finalidade da implementação de um sistema de proteção de tais conhecimentos é evitar a sua utilização indevida, bem como a falta de compensação pelo seu uso, como se verificou ter ocorrido no caso da *hoodia* no sul da África, no qual o conhecimento do povo San foi, por muitos anos, utilizado para a produção de inibidores de apetite sem o seu consentimento.

Diante desse contexto, é possível afirmar que, muito embora questões envolvendo comunidades tradicionais e indígenas já fossem discutidas anteriormente, foi a partir de 1992, com o advento da Convenção sobre Diversidade Biológica, que se reconheceu

⁶²⁸ S. GHOSH, *Globalization, patents and traditional knowledge*, Columbia Journal of Asian Law, vol. 17, 2003-2004, p. 111.

expressamente a importância de comunidades tradicionais para a manutenção e preservação da biodiversidade, bem como o direito desses grupos obterem benefícios oriundos de seus conhecimentos, inovações e práticas.

Apesar das críticas direcionadas à Convenção, especialmente por não ter previsto a soberania desses povos aos recursos naturais encontrados em seus territórios, não se pode negar que a introdução dos conceitos de “consentimento prévio e informado” e “repartição de benefícios” deu início à regulamentação da matéria em nível internacional, regional e nacional.

Contudo, diante dos diversos empecilhos enfrentados para a efetivação da Convenção, parece inevitável que ainda seja necessário muito estudo e discussão a respeito do tema, para o fim de aperfeiçoar as práticas adotadas, bem como para solucionar os problemas identificados, criando um sistema verdadeiramente justo de acesso e repartição de benefícios.

Por fim, é importante considerar que a questão da proteção aos conhecimentos tradicionais associados não envolve somente os interesses de Estados, empresas, organismos internacionais e organizações não-governamentais, mas, principalmente, dos próprios detentores de tais conhecimentos, as populações tradicionais, as quais devem ser ouvidas e elevadas à posição de atores, e não mantidas como meros de espectadores, enquanto direitos e benefícios lhes são designados.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Hildebrando, SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento, e CASELLA, Paulo Borba. *Manual de direito internacional público*. 18. ed. , São Paulo, Saraiva, 2010.

ADIERS, Cláudia Marins, *A propriedade intelectual e a proteção da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais*, Revista dos Tribunais, vol. 793, 2001, pp. 11-39.

ALLEGRETTI, Mary, *Lauda antropológico referente a acesso e repartição de benefícios por conhecimento tradicional associado à castanha do Brasil (bertholletia excelsa)*, 2010.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do, *Curso de direito internacional público*, 3.ed, São Paulo, Atlas, 2012.

AMERICAN CHEMICAL SOCIETY, *Biotechnology*. Disponível em <<http://www.acs.org/content/acs/en/careers/college-to-career/chemistry-careers/biotechnology.html>>. Acesso em 09 de março de 2016.

ANTUNHA, Carla, BARBOSA, João Mitia Antunha, e FIGUEIREDO, Patrick, *O território do conhecimento tradicional: controvérsias em torno da aplicação da legislação de patentes aos conhecimentos indígenas*, in Proa – Revista de Antropologia e Arte, ano 02, vol. 02, nº 02, nov. 2010. Disponível em <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/proa/article/viewFile/2377/1779>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

ASSAD, Ana Lúcia Delgado, e SAMPAIO, Maria José Amstalden, *Acesso a biodiversidade e repartição de benefícios: perspectivas futuras e sugestões de ação para o Brasil*, Brasília, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, 2005.

BANCO MUNDIAL, *Manual Operacional do Banco Mundial*, OP 4.10. Disponível em <http://siteresources.worldbank.org/OPSMANUAL/Resources/210384-1170795590012/OP410_portugues.pdf>. Acesso em 25 de abril de 2017.

BARBOSA, Denis Borges, *Uma introdução à propriedade intelectual*. Disponível em <<http://www.denisbarbosa.addr.com/arquivos/livros/umaintro2.pdf>>. Acesso em 5 de novembro de 2017.

BASSO, Maristela, *O direito internacional da propriedade intelectual*, Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2000.

BAUTISTA, Lowell B., *Bioprospecting or Biopiracy: Does the TRIPS Agreement Undermine the Interests of Developing Countries*, in *Philippine Law Journal*, Vol. 82, Issue 1, September 2007, pp. 14-33.

BERTOONA, Viviane Alves, *Biodiversidade e propriedade intelectual no Brasil*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2003.

BIODIVERSITY A-Z, *Genetic Resources*. Disponível em <<http://www.biodiversitya-z.org/content/genetic-resources>>. Acesso em 21 de abril de 2017.

BIODIVERSITY INFORMATION SYSTEM FOR EUROPE, *About BISE*. Disponível em <<http://biodiversity.europa.eu/info>>. Acesso em 20 de abril de 2017.

BIODIVERSITY INFORMATION SYSTEM FOR EUROPE, *Genetic Resources*. Disponível em <<http://biodiversity.europa.eu/topics/genetic-resources>>. Acesso em 20 de abril de 2017.

BIOTECHNOLOGY INNOVATION ORGANIZATION, *About BIO*. Disponível em <<https://www.bio.org/about>>. Acesso em 19 de maio de 2016.

BIOTECHNOLOGY INNOVATION ORGANIZATION, *What is Biotechnology?*. Disponível em <<http://www.bio.org/articles/what-biotechnology>>. Acesso em 22 de abril de 2016.

BOLÍVIA, *Decreto Supremo nº 24676, Reglamento de la Decisión 391 Régimen Común de Acceso a los Recursos Genéticos*. Disponível em <http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/gmfp/docs/Bol-DS-24676-97-Reglamento-Decision-391-Rec-Geneticos-.pdf>. Acesso em 12 de julho de 2017.

BRASIL, *Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio*, Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994. Disponível em <<http://www.inpi.gov.br/legislacao-1/27-trips-portugues1.pdf>>. Acesso em 18 de janeiro de 2017.

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 09 de julho de 2017.

BRASIL, *Convenção sobre Diversidade Biológica*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1998/anexos/and2519-98.pdf> Acesso em 19 de novembro de 2016.

BRASIL, *Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3945.htm>. Acesso em 15 de julho de 2017.

BRASIL, *Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em 29 de abril de 2017.

BRASIL, *Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em 09 de julho de 2017.

BRASIL, *Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm>. Acesso em 09 de julho de 2017.

BRASIL, *Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm>. Acesso em 26 de maio de 2016.

BRASIL, *Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9456.htm>. Acesso em 28 de julho de 2017.

BRASIL, *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em 04 de outubro de 2017.

BRASIL, *Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111284.htm>. Acesso em 04 de outubro de 2017.

BRASIL, *Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13123.htm>. Acesso em 16 de julho de 2017.

BRASIL, *Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2186-16.htm>. Acesso em 16 de julho de 2017.

BRASIL, *Medida Provisória nº 2.126-11, de 26 de abril de 2011*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2001/2126-11.htm>. Acesso em 08 de maio de 2017.

BRASIL, *Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Convenção sobre Diversidade Biológica*, Decreto No. 5.705 de 16 de fevereiro de 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5705.htm>. Acesso em 28 de abril de 2016.

C&S INTERPATENTS. <<http://www.interpatents.com.br>>. Acesso em 22 de abril de 2016.

CALDAS, Andressa, *La regulación jurídica del conocimiento tradicional: la conquista de los saberes*, Bogotá, ILSA, 2004

CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de, *Patentes de produtos de origem biológica*, in PICARELLI, Márcia Flávia Santini, e ARANHA, Márcio Iorio (org.), *Política de patentes em saúde humana*, São Paulo, Atlas, 2001, pp. 70-87.

CASTREE, Noel, KITCHIN, Rob, ROGERS, Alisdair, *A Dictionary of Human Geography*, Oxford University Press, 2016.

CENTRO MUNDIAL DE MONITORAMENTO DA CONSERVAÇÃO, *What is Biotechnology?*. Disponível em <<https://www.unep-wcmc.org/about-us>>. Acesso em 21 de abril de 2017.

CHEMICAL AND ENGINEERING NEWS, *The Three Biotechnologies*. Disponível em <<http://cen.acs.org/articles/84/i14/Three-Biotechnologies.html>>. Acesso em 15 de março de 2016.

COELHO, Fábio Ulhôa, *Manual de direito comercial: direito de empresa*, 24^a ed., São Paulo, Saraiva, 2012.

COLÔMBIA, Ministério de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <<http://www.minambiente.gov.co/index.php/component/content/article?id=782:plantilla-bosques-biodiversidad-y-servicios-ecosistematicos-57#normatividad>>. Acesso em 9 de setembro de 2017.

COMISSÃO DE DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, *Integrating Intellectual Property Rights and Development Policy*, Report of the Commission on Intellectual Property Rights, London, setembro 2002, p. 80. Disponível em <http://www.iprcommission.org/papers/pdfs/final_report/CIPRfullfinal.pdf>. Acesso em 05 de agosto de 2017.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, *Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas*. Disponível em <<https://cidh.oas.org/Projeto%20de%20Declaracao.htm>>. Acesso em 09 de maio de 2017.

COMUNIDADE ANDINA, *Decision No. 391 establishing the Common Regime on Access to Genetic Resources*. Disponível em <http://www.wipo.int/wipolex/fr/text.jsp?file_id=223610>. Acesso em 08 de julho de 2017.

CONSELHO DE INFORMAÇÕES SOBRE BIOTECNOLOGIA. Disponível em <<http://cib.org.br>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2016.

CONSELHO DE INFORMAÇÕES SOBRE BIOTECNOLOGIA, *Glossário de Biotecnologia*. Disponível em <<http://cib.org.br/biotec-de-a-a-z/glossario/>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2016.

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA, *COP 9 Decision IX/13*, UNEP/CBD/COP/DEC/IX/13. Disponível em <<https://www.cbd.int/decision/cop/default.shtml?id=11656>>. Acesso em 04 de novembro de 2017.

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA, *COP 10 Decision X/42, The Tkarihwaí:ri Code of Ethical Conduct to Ensure Respect for the Cultural and Intellectual Heritage of Indigenous and Local Communities*. Disponível em <<https://www.cbd.int/decision/cop/?id=12308>>. Acesso em 20 de agosto de 2017.

CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA, *Protocolo de Nagoya*. Disponível em <<https://www.cbd.int/abs/text/articles/default.shtml?sec=abs-02>>. Acesso em 18 de abril de 2017.

COSTA RICA, *Ley de Biodiversidad N° 7788 de 23 de abril de 1998*. Disponível em <http://www.wipo.int/wipolex/es/text.jsp?file_id=126084>. Acesso em 12 julho de 2017.

CROSS, J. T., *Property Rights and Traditional Knowledge*, in Potchefstroom Electronic Law Journal, Vol. 13, Issue 4, 2010, pp. 12-48.

CUNHA, Manuela Carneiro da, e ALMEIDA, Mauro W. B, *Populações tradicionais e conservação ambiental*, in CUNHA, Manuela Carneiro da, *Cultura com aspas e outros ensaios*, 2ª ed., São Paulo, Cosac Naify, 2014, pp. 277-300.

DEL, NERO, Patrícia Aurélia, *Biotecnologia – análise crítica do marco jurídico regulatório*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2008.

DEL NERO, Patrícia Aurélia, *Propriedade intelectual – a tutela jurídica da biotecnologia*, 2ª ed. rev. atual. e ampl., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2004.

DIEDRICH, Gislayne Fátima, *Genoma humano: Direito Internacional e legislação brasileira*, in SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite (org.), *Biodireito: ciência da vida, os novos desafios*, Santos, Revista dos Tribunais, 2001, pp. 214-232.

DIEGUES, Antônio Carlos (org.), ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira, DA SILVA, Viviane Capezzuto Ferreira, FIGOLS, Francisca Aida Barboza, e ANDRADE, Daniela, *Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil: os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil*, São Paulo, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, COBIO – Coordenadoria da Biodiversidade, NUPAUB – Núcleo de Pesquisas sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – Universidade de São Paulo, 2000. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/saberes.pdf>.

DINIZ, Maria Helena, *O estado atual do biodireito*, 7ª ed., São Paulo, Saraiva, 2010.

DOMINGUES, Douglas Gabriel, *Privilégios de invenção, engenharia genética e biotecnologia*, Rio de Janeiro, Forense, 1989.

DUTFIELD, Graham, *TRIPS-related Aspects of Traditional Knowledge*, in *Case Western Reserve Journal of International Law*, Vol. 33, Issue 2, Spring 2001, pp. 233-276.

EQUADOR, *Código Orgánico del Ambiente*. Disponível em <<http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/ecu167116.pdf>>. Acesso em 15 de julho de 2017.

EQUADOR, *Ley que Protege la Biodiversidad en el Ecuador*. Disponível em <<http://www.ambiente.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2015/06/Ley-que-protege-la-Biodiversidad-en-el-Ecuador.pdf>>. Acesso em 15 de julho de 2017.

ERSTLING, Jay, *Using patents to protect traditional knowledge*, in *Texas Wesleyan Law Review*, vol. 15, issue 2, Spring 2009, pp. 295-334.

ETIÓPIA, *Access to Genetic Resources and Community Knowledge, and Community Rights Proclamation* No. 482/2006. Disponível em <http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=179080>. Acesso em 24 de julho de 2017.

FOSTER, George M., *What is folk culture?*, in *American Anthropologist*, New York, 1953. Disponível em <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1525/aa.1953.55.2.02a00020/epdf>>. Acesso em 30 de abril de 2017.

GHOSH, Shubha, *Globalization, Patents and Traditional Knowledge*, in *Columbia Journal of Asian Law*, Vol. 17, Issue 1, Fall 2003, pp. 73-120.

GHOSH, Shubha, *Reflection on the Traditional Knowledge Debate*, *Cardozo Journal of International and Comparative Law*, vol. 11, 2003, pp. 497-510.

GOLDIM, José Roberto, MATTE, Úrsula, *Projeto Genoma Humano (HUGO)*. Disponível em <<https://www.ufrgs.br/bioetica/genoma.htm>> . Acesso em 04 de fevereiro de 2017.

HARRY, Debra, e KANEHE, Le'a Malia, *A RB no acesso e repartição de benefícios (ARB): questões críticas para povos indígenas*, in MATHIAS, Fernando, e NOVION, Henry de (org.), *As encruzilhadas das modernidades: debates sobre biodiversidade, tecnociência e cultura*, São Paulo, Instituto Socioambiental, 2006, pp. 161-177.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, *Carta de São Luís do Maranhão*. Disponível em <<https://site-antigo.socioambiental.org/noticias/nsa/detalhe?id=127>>. Acesso em 10 de julho de 2017.

KAINGANG, Fernanda, *Conhecimentos Tradicionais e Circulação de Informação* in MATHIAS, Fernando, e NOVION, Henry de (org.), *As encruzilhadas das modernidades: debates sobre biodiversidade, tecnociência e cultura*, São Paulo, Instituto Socioambiental, 2006, pp. 41-48.

KANDEL, Eric R., *Thomas Hunt Morgan at Columbia University*. Disponível em <<http://www.columbia.edu/cu/alumni/Magazine/Legacies/Morgan/>>. Acesso em 10 de março de 2016.

LA VIÑA, Antonio G. M. e SAPIERA, Mylin, *Traditional Knowledge: Challenge to Intellectual Property Rights*, in *Philippine Law Journal*, Vol. 70, Issue 2, December 1995, pp. 140-186.

LAIRD, Sarah, e WYNBERG, Rachel, in UNEP, Secretariat of the Convention on Biological Diversity *Access and Benefit-sharing in practice: trends in partnerships across sectors*, Montréal, CBD Technical Series No. 38, 2008.

LAST, John M., *A Dictionary of Public Health*, Oxford University Press, 2007.

LAW, Jonathan, e MARTIN, Elizabeth A., *A Dictionary of Law*, Oxford University Press, 7 ed., 2014.

MARKY, Thomas, *Curso elementar de direito romano*, São Paulo, Saraiva, 8ed., 1995.

MARTIN, Elizabeth, e HINE, Robert, *A Dictionary of Biology*, Oxford University Press, 6 ed., 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, *Agenda 21*. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em 29 de abril de 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, *Agenda 21 Global*. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/cap26.pdf>. Acesso em 29 de abril de 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, *Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB*. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/cdbport_72.pdf>. Acesso em 27 de março de 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, *Convenção sobre Diversidade Biológica*. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biosseguranca/item/7513-conven%25C3%25A7%25C3%25A3o-sobre-diversidade-biol%25C3%25B3gica-cdb>>. Acesso em 20 de maio de 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, *IX Conferência Ministerial da OMC (Bali, 2013)*. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/697-xi-conferencia-ministerial-da-omc-bali-2013>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2017.

MONSANTO, *Biotecnologia*. Disponível em <<http://www.monsanto.com/global/br/produtos/pages/biotecnologia.aspx>>. Acesso em 19 de março de 2016.

NÚCLEO DIREITO E DEMOCRACIA DO CENTRO BRASILEIRO DA ANÁLISE E PLANEJAMENTO, *Propriedade intelectual e conhecimentos tradicionais: avaliação crítica da disciplina jurídica brasileira*, Brasília, Série Pensando o Direito, coord. José Rodrigo Rodriguez, 2011.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, *Statistical Definition of Biotechnology*. Disponível em <<http://www.oecd.org/sti/biotech/statisticaldefinitionofbiotechnology.htm>>. Acesso em 19 de março de 2016.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, *Declaración Americana sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas*, AG/Res.2888 (XLVI-O/16). Disponível em <<http://www.oas.org/es/sadye/documentos/res-2888-16-es.pdf>>. Acesso em 06 de novembro de 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, *Convenção nº 107 da OIT, de 05 de junho de 1957*. Disponível em <<https://www.oas.org/dil/port/1957%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos>>.

%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais.%20(Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20C2%BA%20107).pdf>. Acesso em 27 de abril de 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, *Indigenous and Tribal Populations Convention*, 1957. Disponível em <http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C107>. Acesso em 27 de abril de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, *Annual Report (2009) of the Council for TRIPS*, IP/C/52, de 05 de novembro de 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, *Annual Report (2011) of the Council for TRIPS*, IP/C/59, de 07 de novembro de 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, *Article 27.3(b) and the Legalization of Biopiracy: Trends, Impacts and Why it Needs to be Amended*, Communication from the Plurinational State of Bolivia, IP/C/W/554, de 26 de março de 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, *Comunicação dos Estados Unidos*, WT/GC/W288, de 04 de agosto de 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, *Comunicação apresentada por Bolívia, Colômbia, Equador, Nicarágua e Peru*, WT/GC/W/362, de 12 de outubro de 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, *Comunicação apresentada pelo Japão*, WT/GC/W/365, de 12 de outubro de 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, *Review of article 27.3(b)*, *Comunicação do Brasil*, IP/C/W/228, de 24 de novembro de 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, *Declaración Ministerial*, WT/MIN(05)/DEC, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em <https://www.wto.org/spanish/thewto_s/minist_s/min05_s/final_text_s.htm>. Acesso em 23 de abril de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, *Declaration on the TRIPS Agreement and Public Health*, WT/MIN(01)/DEC/2, de 20 de novembro de 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, *Draft Ministerial Declaration*, WT/MIN(01)/DEC/W/1, de 14 de dezembro de 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, *Environment and TRIPS*, WT/CTE/W/8, de 8 de junho de 1995.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, *Follow-up Question posed by the United States*, IP/C/W/420/Add. 1, de 05 de março de 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, *Negociaciones, aplicación y labor del Consejo de los ADPIC*. Disponível em https://www.wto.org/spanish/thewto_s/minist_s/min03_s/brief_s/brief06_s.htm#geographical%20indications. Acesso em 23 de abril de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, *El Paquete de Bali y las decisiones de noviembre de 2014*. Disponível em https://www.wto.org/spanish/thewto_s/minist_s/mc9_s/balipackage_s.htm#baliministerialdeclaration. Acesso em 23 de abril de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, *The relationship between the TRIPS agreement and the Convention on Biological Diversity (CBD)*, IP/C/W/420, de 02 de março de 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, *Tenth WTO Ministerial Conference*. Disponível em https://www.wto.org/english/thewto_e/minist_e/mc10_e/mc10_e.htm . Acesso em 09 de fevereiro de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, *The Relationship Between the TRIPS Agreement and the Convention on Biological Diversity and the Protection of Traditional Knowledge*, IP/C/W/356, de 24 de junho de 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, *What are intellectual property rights?*. Disponível em <https://www.wto.org/english/tratop_e/trips_e/intell_e.htm>. Acesso em 02 de fevereiro de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, *Berne Convention for the Protection of Literary and Artistic Works*. Disponível em <http://www.wipo.int/wipolex/en/treaties/text.jsp?file_id=283693>. Acesso em 05 de novembro de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, *Budapest Treaty on the International Recognition of the Deposit of Microorganisms for the Purposes of Patent Procedure*, International Depositary Authorities Under Article 7 of the Budapest Treaty. Disponível em <<http://www.wipo.int/export/sites/www/treaties/en/registration/budapest/pdf/idalist.pdf>>. Acesso em 06 de fevereiro de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, *Convention Establishing the World Intellectual Property Organization*. Disponível em <http://www.wipo.int/wipolex/en/treaties/text.jsp?file_id=283833>. Acesso em 03 de abril de 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, *Genetic Resources*. Disponível em <<http://www.wipo.int/tk/en/genetic/>>. Acesso em 18 de abril de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, *Glossary*. Disponível em <<http://www.wipo.int/tk/en/resources/glossary.html#49>>. Acesso em 24 de outubro de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, *Intellectual property and genetic resources: an overview*, WIPO/IP/GR/00/2, de 24 de março de 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, *Intellectual Property Needs and Expectations of Traditional Knowledge Holders: WIPO Report on Fact-Finding Missions on Intellectual Property and Traditional Knowledge (1998-1999)*, Geneva, abril de 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, *Intellectual Property and Traditional Knowledge*, publication nº 920(E).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, *Intellectual property, traditional knowledge and traditional cultural expressions/folklore: a guide of countries in transition*, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, *Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore, Thirteenth Session*. Disponível em http://www.wipo.int/edocs/mdocs/tk/en/wipo_grtkf_ic_13/wipo_grtkf_ic_13_7.pdf. Acesso em 16 de maio de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, *La primera Conferencia Ministerial de la OMC*. Disponível em https://www.wto.org/spanish/thewto_s/minist_s/min96_s/min96_s.htm. Acesso em 23 de abril de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, *Matters Concerning the Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore*, Assemblies of Member States of WIPO Fifty-Seventh Session. Disponível em http://www.wipo.int/export/sites/www/tk/en/igc/pdf/igc_mandate_2018-2019.pdf. Acesso em 09 de novembro de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, *Paris Convention for the Protection of Industrial Property*. Disponível em <http://www.wipo.int/treaties/en/ip/paris/>. Acesso em 27 de maio de 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, *Paris Convention for the Protection of Industrial Property*. Disponível em http://www.wipo.int/treaties/en/text.jsp?file_id=288514. Acesso em 27 de maio de 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, *Patents*. Disponível em <<http://www.wipo.int/patents/en/>>. Acesso em 28 de abril de 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, *Patent Expert Issues: Biotechnology*. Disponível em <<http://www.wipo.int/patents/en/topics/biotechnology.html>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, *Protecting Innovations by Utility Models*. Disponível em <http://www.wipo.int/sme/en/ip_business/utility_models/utility_models.htm>. Acesso em 17 de dezembro de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, *Regulations under the Patent Cooperation Treaty*. Disponível em <http://www.wipo.int/export/sites/www/pct/en/texts/pdf/pct_regs.pdf>. Acesso em 2 de setembro de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, *Summary of the Budapest Treaty on the International Recognition of the Deposit of Microorganisms for the Purposes of Patent Procedure*. Disponível em <http://www.wipo.int/treaties/en/registration/budapest/summary_budapest.html>. Acesso em 07 de fevereiro de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, *Summary of the Patent Law Treaty (PLT) (2000)*. Disponível em <http://www.wipo.int/treaties/en/ip/plt/summary_plt.html>. Acesso em 07 de fevereiro de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, *Traditional Knowledge*. Disponível em <<http://www.wipo.int/tk/en/>>. Acesso em 14 de maio de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, *Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes (PCT)*. Disponível em

<<http://www.wipo.int/export/sites/www/pct/pt/texts/pdf/pct.pdf>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, WIPO/BIOT/CE/I/2.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL, WIPO/GRTKF/IC/34.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Agenda 21*. Disponível em <<https://sustainabledevelopment.un.org/outcomedocuments/agenda21>>. Acesso em 30 de abril de 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *The Concept of Indigenous Peoples*, Department of Economic and Social Affairs, PFII/2004/WS.1/3.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 13 de setembro de 2007*. Disponível em <http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf>. Acesso em 2 de dezembro de 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 13 de setembro de 2007*. Disponível em <https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/DECLARACAO_DAS_NACOES_UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDiGENAS.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Study of the Problem of Discrimination Against Indigenous Populations*, E/CN.4/Sub.2/476, de 30 de julho de 1981. Disponível em <http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/MCS_intro_1981_en.pdf> Acesso em 30 de maio de 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Study of the Problem of Discrimination Against Indigenous Populations*, E/CN.4/Sub.2/1982/2/Add.6, de 20 de junho de 1982. Disponível em <http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/MCS_v_en.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Study of the Problem of Discrimination Against Indigenous Populations*, E/CN.4/Sub.2/1983/21/Add.8, de 30 de setembro de 1983. Disponível em <http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/MCS_xxi_xxii_e.pdf>. Acesso em 24 de abril de 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA, *Genetic Resources*. Disponível em <<http://www.fao.org/genetic-resources/es/?%2525EF%2525BF%2525BDy0%252507=>>>. Acesso em 03 de dezembro de 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Disponível em <http://www.unesco.org/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf>. Acesso em 05 de outubro de 2017.

PANAMÁ, *Law No. 20 of June 26, 2000, on Special System for the Collective Intellectual Property Rights of Indigenous Peoples for the Protection and Defense of their Cultural Identity and their Traditional Knowledge*. Disponível em <http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=177308>. Acesso em 23 de julho de 2017.

PARK, Chris, e ALLABY, Michael, *Dictionary of Environment and Conservation*, Oxford University Press, 3.ed, 2017.

PEREIRA, Caio Mário da Silva, *Instituições de direito civil*, vol. 4, Rio de Janeiro, Forense, 2009.

PERU, *Ley n° 27811, del 24 de julio de 2002, mediante la cual se establece el régimen de protección de los conocimientos colectivos de los pueblos indígenas vinculados a los recursos biológicos*. Disponível em <<https://www.indecopi.gob.pe/documents/20791/199826/Ley27811-spanish.pdf/ebf10223-52ba-4a15-b790-90caf0a059a1>>. Acesso em 15 de julho de 2017.

PERU, *Ley n° 27811, del 24 de julio de 2002, mediante la cual se establece el régimen de protección de los conocimientos colectivos de los pueblos indígenas vinculados a los recursos biológicos*. Disponível em <http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=129335>. Acesso em 23 de julho de 2017.

PETERSON, Kristin, *Benefit Sharing for All?: Bioprospecting NGOs, Intellectual Property Rights, New Governmentalities*, in PoLAR: Political and Legal Anthropology Review, Vol. 24, Issue 1, 2001, pp. 78-91.

PIMENTEL, Luiz Otávio, e DEL NERO, Patrícia Aurélia, *A OMC, a propriedade intelectual e a biotecnologia*, in DEL'OLMO, Florisbal de Souza (coord.), Curso de Direito Internacional Contemporâneo, Rio de Janeiro, Forense, 2003, pp. 443-465.

PORTUGAL, *Decreto-Lei n° 118/2002 de 20 de Abril (Material vegetal autóctone)*. Disponível em <http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=181397>. Acesso em 23 de julho de 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE, *Who We Are*. Disponível em <<http://web.unep.org/about/who-we-are/overview>>. Acesso em 21 de abril de 2017.

QUÊNIA, *The Protection of Traditional Knowledge and Cultural Expressions Act, 2016*. Disponível em <http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=415121>. Acesso em 24 de julho de 2017.

RAGAVAN, Srividhya, *Protection of traditional knowledge*, in Minnesota Intellectual Property Review, Vol. 2, Issue 2, 2001, pp. 1-60.

SÁ, Maria de Fátima Freire de, e NAVES, Bruno Torquato de Oliveira, *Manual de biodireito*, Belo Horizonte, Del Rey, 2009.

SANTILLI, Juliana, *Conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade: elementos para a construção de um regime jurídico sui generis de proteção*, in Platiau, Ana Flávia

Barros e Varella, Marcelo Dias, *Diversidade biológica e conhecimentos tradicionais*, Belo Horizonte, Del Rey, 2004, pp. 341-369.

SANTILLI, Juliana, *Patrimônio imaterial e direitos intelectuais coletivos*, in MATHIAS, Fernando, e NOVION, Henry de (org.), *As encruzilhadas das modernidades: debates sobre biodiversidade, tecnociência e cultura*, São Paulo, Instituto Socioambiental, 2006, pp. 83-100.

SECRETARIADO DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA, *Bonn Guidelines on Access to Genetic Resources and Fair and Equitable Sharing of the Benefits Arising out of their Utilization*. Disponível em <<https://www.cbd.int/doc/publications/cbd-bonn-gdls-en.pdf>>. Acesso em 18 de julho de 2017.

SECRETARIADO DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA, *Cartagena Protocol on Biosafety to the Convention on Biological Diversity*. Disponível em <<https://www.cbd.int/doc/legal/cartagena-protocol-en.pdf>>. Acesso em 28 de abril de 2016.

SECRETARIADO DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA, *Introdução ao acesso e repartição de benefícios*, trad. Carlos Potiara Castro, 2012. Disponível em <<https://www.cbd.int/abs/infokit/revised/print/brochure-pt.pdf>> . Acesso em 19 de novembro de 2016.

SECRETARIADO DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA, *Nagoya Protocol on Access to Genetic Resources and the Fair and Equitable Sharing of Benefits Arising from their Utilization to the Convention on Biological Diversity*. Disponível em <<https://www.cbd.int/abs/doc/protocol/nagoya-protocol-en.pdf>> . Acesso em 13 de setembro de 2017.

SECRETARIADO DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA, *Protocolo de Nagoya sobre Acceso a los Recursos Genéticos y Participación Justa y Equitativa en los Beneficios que se Deriven de su Utilización al Convenio sobre la Diversidad Biológica*. Disponível em <<https://www.cbd.int/abs/doc/protocol/nagoya-protocol-es.pdf>>. Acesso em 12 de setembro de 2017.

SECRETARIADO DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA, *Uso dos recursos genéticos*, trad. Carlos Potiara Castro, 2012. Disponível em <<https://www.cbd.int/abs/infokit/revised/web/factsheet-uses-pt.pdf>> . Acesso em 19 de novembro de 2016.

SHIVA, Vandana, *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*, Petrópolis, Editora Vozes, 2001.

SILVEIRA, Clóvis, *Seminário de biotecnologia: proteção e regulamentação*, São Paulo, C&S InterPatents, 1995. Disponível em <http://interpatentes.com.br/pdfs/csilveira_biotecnologia.pdf>. Acesso em 19 de março de 2016.

SILVEIRA, José Maria Ferreira Jardim da, BORGES, Izaías de carvalho, BUAINAIN, Antonio Marcio, *Biotecnologia e agricultura da ciência e tecnologia aos impactos da inovação*. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000200009>. Acesso em 19 de dezembro de 2017.

SILVEIRA, Newton, *Propriedade intelectual: propriedade industrial, direito de autor, software, cultivares*, 3^a ed., Barueri, Manole, 2005.

SIQUEIRA, Lyssandro Norton, *A propriedade industrial em face do conhecimento tradicional associado à biodiversidade*, Nova Lima, Faculdade de Direito Milton Campos, 2007.

UETELA, Marta A., *Conhecimento tradicional/nativo, medicina tradicional e direitos humanos: analisando dois contextos – Brasil e Moçambique*, in MATHIAS, Fernando, e NOVION, Henry de (org.), *As encruzilhadas das modernidades: debates sobre biodiversidade, tecnociência e cultura*, São Paulo, Instituto Socioambiental, 2006, pp. 101-113.

UNIÃO EUROPEIA, *Directive 98/44/EC of the European Parliament and of the Council of 6 July 1998 on the legal protection of biotechnological inventions*. Disponível em

<http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=126957>. Acesso em 17 de dezembro de 2017.

UNIÃO INTERNACIONAL PARA A PROTEÇÃO DAS VARIEDADES VEGETAIS. Disponível em <<http://www.upov.int/portal/index.html.en>>. Acesso em 23 de abril de 2017.

UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL PROGRAMME, *Bio-Cultural Community Protocols: a community approach to ensuring the integrity of environmental law and policy*, S. DUNLOP (org.), 2009.

UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL PROGRAMME, *Knowledge, innovations and practices of indigenous and local communities: implementation of Article 8(j)*, Conference of the Parties to the Convention on Biological Diversity, 3rd meeting, 1996, Buenos Aires, Argentina, UNEP/CBD/COP/3/19, 18 de setembro de 1996.

UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL PROGRAMME, *Report of the panel of experts on access and benefit-sharing*, Conference of the Parties to the Convention on Biological Diversity, 5th meeting, Nairobi, may 2000, UNEP/CBD/COP/5/8, de 2 de novembro de 1999.

UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL PROGRAMME, *Report of the Ad-Hoc Open-Ended Inter-Sessional Working Group on Article 8(j) and Related Provisions of the Conventions on Biological Diversity on the Work of Its Second Meeting*, Conference of the Parties to the Convention on Biological Diversity, UNEP/CBD/COP/6/7, 14 de fevereiro de 2002.

VISSER, Coenraad, *Biodiversity, Bioprospecting, and Biopiracy: a Prior Informed Consent Requirement for Patents*, in South African Mercantile Law Journal, Vol. 18, Issue 4, 2006, pp. 497-507.

VON LEWINSKI, Silke, *Commentary on Traditional Knowledge*, in International Intellectual Property Law & Policy, Vol. 7, pp. 77-1-77-6.

YOSHINO, André Motoharu, ALVES, Pedro Cordelli, e SOARES, Ricardo Kanashiro Syuffi, *Ética, a bioética, o biodireito e os limites da ciência – organismos geneticamente*

modificados (OGM), respeito à dignidade humana e aspectos da propriedade intelectual, Rio de Janeiro, Revista Forense, vol. 416, 2012, pp. 43-67.